

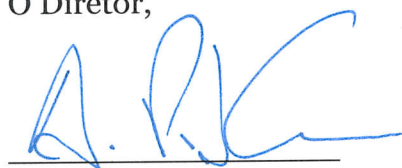
Despacho 11/2025

Aprovação do Regulamento da Comissão de Ética da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto

Considerando o disposto no artigo 14.º alínea m) dos Estatuto da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, publicados pelo Despacho n.º 7984/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 172, de 9 de setembro de 2019, no âmbito da autonomia administrativa da FCNAUP, consagrada nos termos do artigo 2.º, n.º 1 e 5.º do mesmo diploma estatutário, foi apreciado e aprovado em reunião de 23 de outubro 2024 do Conselho Executivo da FCNAUP, o Regulamento da Comissão de Ética da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, sendo o mesmo objeto de aprovação pelo presente despacho do Diretor da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto.

18 de março de 2025

O Diretor,



Prof. Doutor Pedro Graça

REGULAMENTO DA COMISSÃO DE ÉTICA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

A Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, na consecução dos seus fins de formação, de criação e de difusão de conhecimento, e de ciência, está comprometida com uma cultura de qualidade e de exigência, assumindo padrões éticos e de integridade reconhecidos e adequados às suas funções e papel na sociedade.

Dando cumprimento ao Decreto-Lei 80/2018 de 15 de outubro, foi emitido pelo Diretor da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto o Despacho 15/2019 de 28 de outubro que nomeou a sua primeira Comissão de Ética, a quem compete aprovar o seu regulamento interno de funcionamento.

Deste modo, o presente regulamento enuncia a missão, competências, composição e principais regras de funcionamento da Comissão de Ética da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto.

Esta Comissão pretende contribuir para aprofundar o sentido de responsabilidade ética de todos os membros da sua comunidade académica, promovendo a formação e divulgação de informação no domínio da ética e bioética, nomeadamente desenvolvendo a capacidade de promover a integridade, a probidade e a transparência na Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, fomentando a confiança, a fiabilidade, segurança e a integridade de todos os procedimentos.

Na prossecução deste objetivo, a Comissão de Ética da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto guiar-se-á e zelará pela aplicação da lei e pelos princípios basilares da integridade científica e académica acomodados no Código Ético de Conduta Académica da Universidade do Porto, aprovado pelo Despacho Reitoral GR.06.12.2017, de 04 de dezembro de 2017.

Nestes termos é aprovado o regulamento de funcionamento da Comissão de Ética da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto constante do articulado que se segue.

I

Objeto, Definição e Competências

Artigo 1.º (Objeto)

O presente regulamento estabelece regras de atuação da Comissão de Ética da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, doravante designada como CE-FCNAUP.

Artigo 2.º **(Definição)**

A CE-FCNAUP é um órgão colegial e independente, de natureza consultiva, que visa zelar pela observância e promoção de padrões de integridade, honestidade e qualidade ética nas atividades da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, doravante designada apenas por Faculdade.

Artigo 3.º **(Competências)**

1. À CE-FCNAUP compete a análise de questões que suscitem problemas éticos no âmbito das atuações, responsabilidades e relações, internas e externas da Faculdade, bem como da conduta dos seus membros, designadamente quando digam respeito ao ensino, à investigação, à gestão, a atividades de extensão ou a outras atividades académicas que possam ter interesse geral para a Faculdade.
2. Constituem áreas de competência da CE-FCNAUP os trabalhos de investigação relacionados com as atividades da Faculdade e, em particular, aqueles que envolvam, sob qualquer forma, pessoas, animais, ambiente, material biológico de origem humana, animal ou vegetal, ou relacionado com a atividade humana.
3. Compete à CE-FCNAUP definir o seu modo de funcionamento.
4. Cabe à CE-FCNAUP zelar pela observância dos padrões de ética, salvaguardando o princípio da dignidade e integridade da pessoa humana.
5. No exercício das suas competências, a CE-FCNAUP promoverá o respeito pela dignidade e integridade humanas e a ética da participação humana, ou da utilização de animais, de material biológico ou do ambiente em investigação, e terá em especial atenção os códigos deontológicos profissionais, bem como declarações e diretrizes sobre ética e bioética.
6. No domínio das competências da CE-FCNAUP está ainda, por sua iniciativa ou por solicitação, a elaboração, organização e divulgação de documentos e/ou ações de reflexão sobre questões de bioética com interesse no âmbito da atividade da instituição, promovendo uma cultura de formação e de pedagogia.
7. Cabe à CE-FCNAUP, reunida em plenário, emitir pareceres e recomendações escritos nas matérias da sua competência.
8. À CE-FCNAUP compete analisar as solicitações que lhe forem dirigidas provenientes dos Órgãos de Gestão, Centros de Investigação, Direções dos Cursos ou diretamente de membros da Faculdade.
9. A CE-FCNAUP atua com total isenção e independência relativamente aos demais órgãos da Faculdade.
10. À CE-FCNAUP não compete analisar os pedidos de parecer de projetos em que não estejam envolvidos como investigadores membros da Faculdade.
11. A CE-FCNAUP não faz apreciações jurídicas ou disciplinares, sem que tal impeça a possibilidade de lhe serem solicitados pareceres com vista a instruir processos de natureza jurídica ou disciplinar.

12. Quando o considerar necessário ou indispensável, a CE-FCNAUP pode solicitar a terceiros toda a informação que considere relevante, ou mesmo solicitar pareceres técnicos que sejam relevantes para as suas decisões e recomendações.
13. Desempenhar as demais competências previstas na lei ou nos Estatutos.

II

Composição, Mandatos e Funcionamento

Artigo 4.º **(Composição e mandato dos membros)**

1. A CE-FCNAUP tem uma composição multidisciplinar, sendo composta por um número ímpar de membros, no mínimo de 5 e no máximo de 11.
2. Os membros são designados pelo Conselho de Representantes, sob proposta do Diretor da Faculdade.
3. O Presidente e o Vice-Presidente são eleitos pela CE-FCNAUP de entre os seus membros
4. O secretariado é assegurado pelos serviços da Faculdade, sendo designado pelo Diretor, com o acordo dos membros da CE-FCNAUP.
5. A duração do mandato da CE-FCNAUP é de quatro anos, sendo renovável uma única vez por igual período.
6. Em casos justificados, os membros podem ser nomeados ou substituídos/as, seguindo o processo disposto no n.º 1.
7. Os membros da CE-FCNAUP e o seu Presidente não recebem pela sua atividade qualquer remuneração, sem prejuízo do pagamento de ajudas de custo e deslocações a que tenham direito, nos termos legais, cujos encargos são suportados pela Faculdade.

Artigo 5.º **(Obrigações)**

Os membros da CE-FCNAUP devem:

- a) Colaborar na consecução dos objetivos e competências da CE-FCNAUP, pondo nesta tarefa todo o seu empenho e conhecimentos sectoriais;
- b) Manter o sigilo e confidencialidade quanto ao conteúdo da discussão das matérias tratadas nas reuniões.

Artigo 6.º **(Funcionamento)**

1. A CE-FCNAUP reúne uma vez por mês, com exceção do mês de agosto, e sempre que convocada pelo/a Presidente.

2. Para todos os efeitos o plenário, sob solicitação do Presidente, pode reunir ou votar quer presencialmente quer por via eletrónica, de acordo com o que tenha sido decidido.
3. Não havendo matéria que o justifique, ou sendo possível fazer a distribuição de tarefas e a discussão dos documentos de trabalho, nomeadamente por meios eletrónicos, o Presidente poderá dispensar a realização de uma reunião mensal.
4. Na página eletrónica da CE-FCNAUP devem constar a sua composição, o seu regulamento interno, o calendário das suas reuniões, o formulário para submissão de pedidos, bem como a listagem dos pareceres produzidos.
5. Os pedidos de pareceres são submetidos em formulário próprio, aprovado pela CE-FCNAUP.
6. Após verificação da regular instrução do formulário e da respetiva documentação, estes serão entregues, na reunião seguinte da CE-FCNAUP, a um ou mais relatores, designados de entre os membros, para elaboração de proposta de parecer ou recomendação.
7. Uma vez elaborada a referida proposta, esta será discutida e submetida a votação em plenário.
8. As atas, pareceres preliminares e outros documentos de trabalho deverão circular apenas entre o Secretariado e os membros da CE-FCNAUP.

Artigo 7.º **(Competências do Presidente)**

Compete ao Presidente:

- a) Convocar as reuniões e estabelecer a respetiva ordem de trabalhos;
- b) Presidir às reuniões e orientar os respetivos trabalhos;
- c) Zelar pelo encaminhamento dos processos para emissão de pareceres, bem como pela divulgação dos pareceres e recomendações emitidos junto dos interessados, assim como pugnar pelo cumprimento do que neles se encontrar estabelecido;
- d) Decidir, ouvida a CE-FCNAUP, sobre a admissão de votação eletrónica por escrito e providenciar, nesse caso, pelas respetivas condições e conhecimento por todos os membros;
- e) Assegurar a representação da CE-FCNAUP;
- f) Exercer os demais poderes legalmente conferidos aos presidentes dos órgãos colegiais, designadamente nos termos do CPA.

Artigo 8.º **(Competências do Vice-Presidente)**

Compete ao Vice-Presidente:

- a) Substituir o Presidente em caso de impedimento;
- b) Assessorar o Presidente na condução dos trabalhos da CE-FCNAUP.

Artigo 9.º **(Competências do Secretariado)**

1. O Presidente da Comissão coordenará os trabalhos de secretariado em articulação com os serviços de apoio da Faculdade alocados pelo Diretor.
2. Compete ao Secretariado:
 - a) Fazer a gestão do correio, postal e eletrónico, da CE-FCNAUP;
 - b) Verificar a correta instrução dos pedidos de parecer submetidos e solicitar aos respetivos proponentes informação ou documentação que eventualmente estejam em falta;
 - c) Assegurar a disponibilização de toda a informação recebida, através da sua inclusão na página eletrónica da CE-FCNAUP;
 - d) Auxiliar na redação das atas de cada reunião, e diligenciar a sua divulgação entre os membros da CE-FCNAUP para que possam ser aprovadas na reunião seguinte;
 - e) Assessorar o Presidente e Vice-Presidente nos períodos que medeiam entre as reuniões.
3. Nas suas faltas ou impedimentos o Secretário é substituído pelo membro que para o efeito o Presidente designe, de entre os membros da CE-FCNAUP.

III **Reuniões**

Artigo 10.º **(Convocatórias)**

1. A convocatória de cada reunião é remetida com um mínimo de 5 dias úteis de antecedência.
2. Da convocatória deverá constar a data, hora e local da reunião, assim como a respetiva ordem dos trabalhos.

Artigo 11.º **(Participação, Quórum e Deliberações)**

1. A CE-FCNAUP só pode reunir estando presente a maioria dos seus membros, entre os quais o Presidente ou o Vice-Presidente.
2. A CE-FCNAUP delibera quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros com direito de voto, tendo o Presidente da comissão de ética, ou na sua ausência, o Vice-Presidente, voto de qualidade.
3. Nas reuniões da CE-FCNAUP, apenas os seus membros efetivos participam e votam.
4. Podem ser convidadas para participar nas reuniões, sem direito a voto, pessoas especialistas cuja presença seja considerada necessária para esclarecimento dos assuntos em apreciação, por convocação do seu Presidente.
5. Em caso de excecional necessidade ou conveniência, o Presidente poderá determinar resoluções/deliberações não presenciais, condicionadas à votação da maioria dos membros, expressa por escrito com conhecimento para todos os membros da Comissão, incluindo por meios eletrónicos.

Artigo 12.º
(Atas)

1. De cada reunião será lavrada a respetiva ata.
2. Da ata deverão constar a data, hora e local da reunião, os membros presentes e a ordem de trabalhos e deverão ser listados os pareceres e as recomendações aprovados, ratificados ou recusados na reunião, assim como todas as informações partilhadas e decisões tomadas.
3. A ata é submetida a aprovação no início da reunião seguinte.

IV
Disposições Finais

Artigo 13.º
(Alterações e Revisão)

1. Qualquer alteração ao presente regulamento é da competência exclusiva da CE-FCNAUP, devendo ser aprovada por pelo menos dois terços dos seus membros.
2. O presente Regulamento deve ser objeto de revisão após alteração legal ou estatutária que o justifique.

Artigo 14.º
(Omissões)

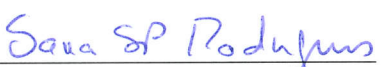
Naquilo em que o presente regulamento for omissivo, vigoram supletivamente o Regulamento da Comissão de Ética da Universidade do Porto, e os princípios e regras gerais de Direito, nomeadamente o Decreto-Lei 80/2018 de 15 de outubro e, se aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 15.º
(Entrada em Vigor)

O presente regulamento entra em vigor após homologação do Diretor da Faculdade.

Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, 27 de fevereiro de 2025

O Presidente da Comissão de Ética,


Sara Simões Pereira Rodrigues